

A Casa da Divina Providência (1903-1923): iniciativas para uma infância desvalida

Miriam Fernandes Muramoto*

A casa da Divina Providência

O ensino particular sempre desempenhou um papel significativo dentro do Sistema Educacional Brasileiro, tendo sido frequentado, ao longo dos tempos, por um elevado quantitativo de alunos. Tal sucedeu muito especialmente no ensino primário, onde o número de alunos foi quase sempre, nos anos iniciais do século XX, maior ou igual ao do Ensino Público.

Entre o grande colégio particular com internato, quase sempre situado nas principais cidades, e o sobrevivente, geralmente do sexo feminino, passando pelo dos antigos mestres de meninos, o Ensino Particular brasileiro englobou, ao longo de grande parte do século XX, toda uma multiplicidade de situações e de níveis de qualidade e de exigências. Algumas destas escolas, particularmente as de volume de frequência mais significativa, existem, ou existiram, ao longo de vários decênios.

São Paulo, até pelo seu peso administrativo, econômico, e demográfico, sempre possuiu um número relevante de escolas particulares. Muitas desapareceram rapidamente, algum tempo após a sua fundação, mas outras foram criadas há bastante tempo tendo adquirido, em diversos casos, um capital prestigioso dentro do contexto das antigas instituições educativas da cidade.

A Casa da Divina Providência pertence a este último tipo de escola. Em 2021, após 118 anos de existência ainda mantém se mantém ativa. Por ela passaram milhares de jovens, muito particularmente meninas, visto que durante a maior parte da sua existência foi uma escola para o sexo feminino.

O estudo desse colégio só foi possível em virtude de parte do seu arquivo ter sido conservado pelas próprias madres. Sendo assim, a pesquisa está centrada no

* Doutoranda em História da Educação pela Universidade de São Paulo. Possui Mestrado em Educação e Graduação em Pedagogia pela mesma Universidade. Já pesquisou sobre as iniciativas católicas na educação paulista no início do século XX; e, no momento desenvolve uma pesquisa sobre as práticas educativas (décadas 1900 - 1930) na interface educação e higiene.
E-mail: miriam.silva@usp.br

estudo exploratório de um rico material documental, conservado no Arquivo da Curia Metropolitana do Estado de São Paulo, (pasta A-40 e A-41), que possibilitou uma análise inédita do cotidiano assistencial e educacional dos primeiros anos dessa instituição. É, aliás, exclusivamente a elas, que me franquearam totalmente as portas e o espólio conservado no arquivo e me prestaram solícitamente todas as informações complementares que lhes fui pedindo, que se tornou possível a realização dessa pesquisa.

O arquivo do Asilo da Divina Providência está repartido entre a Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência e o Arquivo da Cúria Metropolitana do Estado de São Paulo. Ainda disponho de algumas outras fontes localizadas no Arquivo da instituição localizado em sua sede geralícia na Itália.

As fontes que utilizo para fundamentar as análises definidas para esta pesquisa são documentos pertencentes à instituição pesquisada, entre elas: fotografias, Regimento Interno, Estatuto, Compêndio de civilidade, cartas (compiladas em livros), e, ainda, muita documentação avulsa. Sendo assim, a análise se dá pelos documentos do Arquivo Municipal da Cúria Metropolitana do Estado de São Paulo, as ocorrências sobre a instituição nos periódicos de São Paulo disponíveis na Hemeroteca Digital, as Atas da Câmara Municipal de São Paulo, cobrindo o período entre as décadas de 1900-1930, e sobretudo as cartas trocadas entre os sujeitos centrais da pesquisa.

Do Arquivo da Cúria Metropolitana, pesquisei nas pastas “A-40” e “A-41”. Na primeira, foi reunida a documentação diretamente relacionada à instituição, desde ofícios escritos por inspetores de higiene, cartas trocadas entre o Arcebispo de São Paulo e a Madre Superiora, cartas das alunas, cartas da diretora da instituição, até recortes de jornais que noticiavam as condições da instituição até o ano de 1926. Nesses documentos é possível acessar indícios sobre o cotidiano da instituição. Já a série A-41, trata-se de uma documentação que cobre desde o início de 1926 até o ano de 1940, é abundante e catalogada de um modo bastante genérico, exigindo a pesquisa dos diversos documentos para localização das fontes.

É altamente relevante destacar que no caso da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência grande parte das fontes citadas acima foi organizada pelos membros da mesma, no período do processo de beatificação da Madre Superiora Teresa Michel, portanto o acervo encontrado tem uma lógica específica, provavelmente seguindo orientações do Vaticano, utilizadas nestes casos.

Na tentativa de apreender os espaços sociais ocupados pela instituição, e suas relações com as demais esferas da sociedade, a investigação também se apoia em

fontes da imprensa periódica. Tal possibilidade é decorrente da recente disponibilização de periódicos do século XX na *Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Digital*.

Visando compreender as propostas de assistência e educação implementadas no âmbito deste asilo, a análise incide sobre o Regimento interno da instituição e o seu respectivo Estatuto. Esses documentos constituem-se em importantes fontes que possibilitaram a problematização no que tange às propostas do asilo e à reflexão acerca de como estas meninas eram recolhidas, assistidas e educadas. Na análise dessa documentação, tornou-se necessário considerar o alerta de Faria Filho (2000) que atenta para o fato dessa documentação se tratar de um conhecimento produzido e, portanto, em contínua aproximação do real; o que implica que pode ser revisto, acrescido e até substituído por novos conhecimentos.

É necessário atentar-se para o fato de que, no que se refere às fontes históricas pertencentes aos arquivos das instituições, serem documentos selecionados pelas dirigentes da mesma. Esses textos são de interesse das próprias instituições que anseia transmitir uma imagem de si para a construção de uma memória; trata-se então de um “conteúdo controlado” (LEONARDI, 2008, p. 25).

A instituição dispõe ainda de um pequeno acervo fotográfico, que trata do período estudado, podendo ser utilizado para análise das atividades educativas e eventos sociais que ali tiveram lugar, desfrutando então o potencial pesquisador que ali está de uma visão *fac-símile* do que ocorria ali em uma gama de importantes ocasiões.

Quando apreciamos determinadas fotografias nos vemos, mergulhando em seu conteúdo e imaginando a trama dos fatos e as circunstâncias que envolveram o assunto ou a própria representação (o documento fotográfico) no contexto em que foi produzido: trata-se de um exercício mental de reconstituição quase que intuitivo (KOSSOY, 2000, p. 132).

As fotografias também são testemunhas e ajudam o pesquisador a compreender a cultura escolar, o processo educacional e a história das Instituições educacionais. Segundo Lopes (1986),

As fontes estão aí, disponíveis, abundantes ou parcas, eloquentes ou silenciosas, muitos ou poucas, mas vemos, pelos trabalhos que são realizados, [...], mas também indisponíveis, pois compete ao pesquisador ir atrás delas, fazendo isto após a escola e problematização de um problema, que irá determinar quais fontes a serem buscadas (p. 87).

Em História da Educação, as fontes devem ser buscadas nos escritos, nas ilustrações, nas imagens, fotografias, materiais didáticos, diários de classe e, tudo o que for possível, objetivando uma crítica contundente, que possibilite a elaboração de “novos problemas, novos objetos e novas abordagens” de investigação histórica (NUNES e CARVALHO, 1993, p. 35).

Apesar dos documentos existentes se encontrarem em bom estado de conservação, notam-se óbvias e significativas lacunas. Alguns dos documentos cruciais para o pleno estudo de funcionamento da Casa da Divina Providência foram, ao longo dos anos, sendo extraviados ou destruídos, como, aliás, sucedeu na generalidade das instituições de ensino, tanto particulares, como públicas. Face a essa situação decidi focalizar o meu estudo no período compreendido entre 1903 e 1923, com algumas incursões aos anos anteriores e posteriores. A justificativa deve-se a este ser o período para qual existe um corpo documental mais coerente e organizado, possibilitando uma visão com o menor número de lacunas possíveis.

A Casa da Divina Providência foi instalada, no ano de 1903, em São Paulo por Irmã Maria Gillet. Esta senhora, madre, vinda da Itália, a pedido da Madre Teresa Grillo Michel, tinha vindo da sua região, para trabalhar e esmolar entre os compatriotas no Brasil.

Teresa Michel, tendo recebido a educação característica das jovens burguesas do século XIX, tornou-se madre, vindo a exercer a sua atividade junto a crianças pobres de Alessandria, no Piemonte, acabando aí por criar a Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência. O nome desta é dedicado a forte religiosidade da sua fundadora, que tentou, à revelia da família, fundar uma instituição voltada para abrigar os pobres da cidade.

Como dito anteriormente, em 1903 se deu a instalação da Casa da Divina Providência, no bairro da Mooca, região periférica da cidade de São Paulo. O prédio fora doado, mas era necessário realizar grandes e custosas reformas para deixá-lo em condições admissíveis. Nele, recolheram-se logo sessenta meninas pobres, que necessitavam de todo tipo de auxílio, tanto assistencial, como educacional. O prédio era destinado à educação de meninas. Este colégio veio preencher uma lacuna que, há muito, se fazia sentir naquela vila periférica da cidade. Sendo assim, era instalada ali num edifício, que no passado tinha pertencido ao Dr. Lins de Vasconcelos, a Casa da Divina Providência. Em anos posteriores o colégio foi sendo ampliado, através de obras sucessivas.

Maria Gillet dirigiu o colégio durante os primeiros anos. Inicialmente nele só se lecionava o ensino primário. Este teria sido introduzido de um modo não formal, começando a funcionar institucionalizadamente anos mais tarde. O colégio teve, desde a sua abertura, os regimes de externato, semi-internato e internato.¹

Em termos oficiais, o colégio era uma escola apenas para o sexo feminino. No entanto, foi frequentado por muitas crianças e jovens do sexo masculino. Tal situação, confirmada em algumas notícias, também ficada provada pelos dados constantes dos Anuários Eclesiásticos da Arquidiocese de São Paulo, depositados no Arquivo da Curia Metropolitana de São Paulo. Nos livros de registro foi possível notar que entre os alunos matriculados na instituição há meninos e meninas, o que mostra que as crianças de sexo masculino que frequentavam essa instituição, não estavam ocultadas em termos oficiais.

De acordo com Leonardi (2006), as congregações católicas que chegaram ao Brasil a partir de meados do século XIX desenvolveram um papel significativo na formação dos jovens e, especialmente, em relação à educação feminina. Segundo a autora, o contexto social em que se encontrava o Brasil cooperou para consolidar a presença dessas congregações. Com o passar do tempo e diante das propostas republicanas, a Igreja buscava firmar ainda mais a sua presença no seio da sociedade. A maioria das congregações que migraram para o Brasil neste período tinham como objetivo principal o trabalho com educação; outras, contudo, desenvolviam trabalhos de cunho social em hospitais, asilos e orfanatos.

O espírito de compaixão, mesclado aos sentimentos de caridade, culminou com o engendramento de programas dirigidos para o assistencialismo e, posteriormente, à filantropia, ensejando o atendimento à criança desvalida, confinada em instituições fechadas; intentando o isolamento aos problemas da vida na rua, no sentido de que não cometessem atos que pudessem pôr em risco a sociedade local.

Várias fases compõem o processo histórico de atendimento à infância desprotegida no âmbito da história do Brasil; constituindo-se estas, habitualmente, vinculadas a instituições totais e, com frequência, marcadas pelas dimensões religiosa, eugenistas e higienista, estabelecidas com a finalidade de discutir a “limpeza” do cenário urbano em relação às pessoas indesejáveis (ROCHA, 2003). O atendimento ao qual se faz aqui menção, teve-se à dimensão catequizadora, assistencialista e

¹ O estabelecimento analisado funcionava em diferentes regimes. O internato recebia as crianças que residiam permanentemente no local. Já no semi-internato as crianças poderiam estudar e voltar para os seus lares aos finais de semana e, ainda havia a possibilidade de estudar e voltar para suas casas todos os dias, essa era a proposta do externato.

filantrópica, nas quais a criança, desprovida de quaisquer direitos enquanto sujeito, configurava-se como objeto de caridade (HILSDORF, 2011).

Vale assinalar que a assistência voltada à orfandade feminina era preponderante, devido ao fato de que as meninas desprotegidas e marginalizadas que se instalavam nas grandes cidades compunham uma questão social de maior preocupação, do ponto de vista da elite. As ameaças às quais as órfãs estavam expostas, se soltas e desamparadas pelas ruas, prescindindo do amparo de um dos seus pais, ou até mesmo dos dois genitores, deparando-se com a necessidade de dominar a si próprias, cotejadas com o mundo em que viviam, se convertiam em um incômodo altamente relevante, ou seja, um peso para a sociedade local (FONSECA, 2009). Configurou-se então asilar essas meninas, numa alternativa de afastamento institucionalizado, para proporcionar-lhes uma educação consoante aos preceitos morais mais apurados, assim como no âmbito religioso.

A Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência, foi uma das instituições criadas em São Paulo em um contexto higienista e de prosperidade econômica de uma elite cafeicultora e industrial. Era voltada, inicialmente, para questões assistencialistas e de proteção de crianças pobres e órfãs, passando, paulatinamente, a adquirir caráter educacional.

A “clientela” visada pela Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência é, certamente, os compatriotas italianos que chegavam ao Brasil a todo instante, como é possível notar em cartas enviadas pela Superiora Irmã Cherubina del Signore ao Arcebispo de São Paulo, D. Duarte Leopoldo e Silva, assim como, nas cartas trocadas entre Madre Teresa Michel (fundadora da Congregação) e D. Orione (orientador espiritual)².

As primeiras meninas a serem recebidas na casa localizada à rua da Mooca, totalizavam um número de 60 meninas, como cita Santa Catarina (2006), e suas professoras eram as irmãs da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência; as quais se dedicavam apenas às meninas internas.

Os relatórios anuais expressos no âmbito dos relatórios da Arquidiocese de São Paulo forneceram dados referentes à demanda das órfãs pobres, seriados em diversas categorias: idade, gênero, grau de instrução, pensionista, gratuitos, etc. No entanto, os critérios sofriam variações, e, por vezes, foram detectados dados contraditórios e lacunas. Foi possível notar que, em alguns anos, não foram informados à Arquidiocese os números referentes à Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência.

² APSDP, Carta de Don Orione para Madre Michel, carta de 14 de outubro de 1921, VO050P117.

No que diz respeito à idade das órfãs, divergiam os critérios de referência, com variações significativas o que tornou laborioso montar um quadro elucidativo. Em 1915, constavam 60 crianças menores de 14 anos e 10 crianças maiores de 14 anos, enquanto, em 1916, mencionava-se unicamente crianças menores de 14 anos, em um montante de 136; já em 1922, dos 453 alunos, entre meninos e meninas, somente 160 eram menores de 14 anos. É provável que tais variações decorressem de fatores externos ao regulamento, e as irmãs acabavam por consentir a entrada de muitas meninas, sem ao menos creditarem importância às regras de acolhimento. Não podemos esquecer que elas estavam envolvidas com a assistência dessas meninas, e torna-se difícil perceber se essa situação decorria de uma administração incompetente dessa congregação, ou se era esse o padrão vigente na maioria das instituições.

Observa-se ainda que, no decorrer de um determinado período, as irmãs da Congregação da Divina Providência se constituíram responsáveis por um externato que provavelmente funcionava no mesmo espaço que o internato, embora, em algum momento, de acordo com os dados do Anuário, o mesmo apareça em um outro endereço.

Esse externato funcionou por um breve período, como foi possível inferir, após realizadas as análises dos anuários. O Externato da Divina Providência, que também tinha como Superiora a Madre Cherubina del Signore, esteve ativo entre os anos de 1915 e de 1919. Inicialmente, contava com um número reduzido de alunas, mas, com o decorrer do tempo, sofreu um aumento significativo. Resta-nos compreender o motivo pelo qual o externato passou a não mais compor a obra da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência.

Ainda que existisse um número máximo, fixado regimentalmente, de crianças na instituição, é notável que, durante algum tempo, o asilo tenha recebido muito mais crianças, que o número regulamentado inicialmente. Um coeficiente constante era de haver muito mais meninas do que o pretendido, e a faixa etária com maior incidência era a de menores de 14 anos. A partir de 1920, observa-se um aumento considerável de meninas acima de 14 anos, o que nos faz refletir sobre a questão do tempo de permanência dessas meninas no asilo, posto que a orientação institucional se baseava em que, a partir de uma certa idade, essas meninas deveriam ser encaminhadas, seja para casa das próprias famílias, casa de famílias para trabalhar como domésticas, e liberariam sua vaga a outra órfã. No caso dessas meninas, o destino fatalmente já se apresentava pré-determinado: trabalhar como doméstica, no comércio ou, ainda, como era de praxe, encontrar um casamento.

Especificamente na Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência, as meninas que atingissem a idade máxima permitida para que fossem internas, poderiam sair para trabalhar e regressar diariamente para dormir na instituição. Nestes casos tinham que entregar parte da verba recebida como salário, para o auxílio sobre as despesas da Congregação.

A permanência destas meninas na instituição tornava-se altamente onerosa. Para aquelas que possuíam família, era solicitado a esta que recebesse de volta a respectiva órfã, sendo estes seus parentes, ou protetores, algo muito comum para a época. Ainda, existiam aquelas que deveriam seguir o que aprenderam no tempo de sua formação dentro do Asilo, e seguir a ocupação a que o destino a houvesse reservado, ou seja, o casamento, bem como a criação dos filhos, para que, desta maneira, estivessem livres da má sorte que a vida poderia lhes reservar.

Ainda nos atendo às análises dos Anuários Eclesiásticos da Arquidiocese de São Paulo, é possível inferir que há poucas referências no que tange à data de saída das internas, e acerca das pessoas a quem elas foram entregues. Notamos umas poucas observações, apenas ao analisar algumas cartas que estão arquivadas na pasta da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência, no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo.

No que se refere à nacionalidade das órfãs, foram utilizadas duas categorias: brasileira e estrangeira. Faz-se notar que nos prontuários passou-se a informar apenas se elas possuíam nacionalidade brasileira ou estrangeira. Neles também constava tal informação acerca de seus pais, apesar de esses dados não surgirem relativamente em alguns anos.

Podemos constatar que havia uma ausência de zelo no tocante a quem deveria preencher esses relatórios, o que colocou entraves em alguns momentos da pesquisa, por haver divergências entre os dados apresentados, entre um relatório e outro, embora estas se constituíssem em uma documentação de extrema importância para a instituição.

Demonstrativos referentes ao período 1912 e 1923 tornam dificultosa a análise de quantos alunos em idade ideal permaneciam na instituição, posto que, agora, o livro de registro apresentava um agrupamento de crianças, não de acordo com a idade, mas por período, como pode-se citar no caso de menores de 14 anos e maiores de 14 anos. Tal fato impede a compreensão sobre em quantos anos havia sido ultrapassado o prazo de permanência, o que resulta em uma lacuna significativa para

a formulação de questões interpretativas, no que se relaciona à saída dessas meninas do asilo.

Inferimos, após a análise dos dados apresentados, que, passados os anos, as categorias a serem preenchidas foram se alterando, quiçá com o intuito de responder à uma demanda diferente da inicial. No caso das Congregações católicas, figura a hipótese de que houve ajustes objetivando responder a uma demanda primordialmente financeira.

Os motivos alegados para o desligamento das meninas foram diversos, segundo justificativas apresentadas como aceitáveis, para sua saída da Instituição. O casamento costumava figurar, preponderantemente, como explicação para que essas meninas deixassem a casa. Algumas delas, no entanto, tornaram-se operárias. Outras ocupações, às quais tais egressas tiveram destino, não foram analisadas com mais afinco, pois não entraram como objeto da pesquisa. Analisando o noviciado como um destino também comum a essas meninas, esclarecemos que, neste caso, não ocorria o desligamento delas, pois elas davam prosseguimento à sua trajetória, dentro da casa, passando a não mais ser consideradas como asiladas, e sim como parte integrante da comunidade das Irmãs da Divina Providência.

Ao deixar a Instituição, uma parte considerável das meninas tornou-se dona de casa, mas, enquanto permaneceram internas, aprenderam a ler, escrever e contar, além de outros afazeres, aos quais eram submetidas durante sua estadia no asilo. Também tiveram acesso às aulas de artesanato, aprenderam a costurar, a bordar, entre outras tarefas. Sem esquecer de mencionar o aprendizado em relação a alguns ofícios custeados pelos beneméritos locais, que investiam em algumas meninas, com o interesse de obter mão de obra futura.

Como um fato que assemelha muitos estabelecimentos criados por essas Congregações, destaca-se a precariedade enfrentada, havendo em seu interior episódios de penúria presenciados, e até vividos, pelos abrigados, assim como também pelas irmãs que têm estes por sua residência. Assim, foi, por exemplo, o caso do Seminário das Educandas narrado por Hilsdorf (2011). A falta de um quadro jurídico claro e a maneira de trabalhar das irmãs deixou o bispo de São Paulo completamente perplexo. Ele escreve para o Núncio Apostólico, fazendo referência acerca de sua visita à casa da Rua da Mooca:

Anarquia, intriga, espírito de indisciplina, desordem entre as irmãs. Improviso e dirigido por uma ignorante, falta de senso prático. Na verdade, eu conheci as Irmãs vivendo em meio a gritos, sem saneamento, sem as condições

necessárias para alguns alunos, principalmente para as irmãs, sujeitas a todo tipo de privações e misérias.³

Ensejando a construção de uma enfermaria dentro da casa da Divina Providência, se deu a organização, por meio da ajuda solidária e cristã das mulheres da elite, em benefício da instituição supracitada, de um grande concerto de piano executado pela renomada pianista Ada Pinelli, que teve sua realização na data de 11 de abril de 1920. Esses concertos, muitos deles realizados por grandes artistas da época, demonstravam o peso que este colégio tinha junto dos vários poderes paulistas, já que envolvia diversos grupos da elite local, sendo desde figuras políticas a destacados membros da burguesia paulista e ainda algumas personalidades da Igreja. Aliás, sempre que possível, os eventos publicitários editados pelo colégio tentavam valorizar a presença nas manifestações culturais ou religiosas da escola dos representantes do poder e, muito particularmente, de membros das camadas socioeconômicas superiores.

Como podemos concluir, encontrava-se crítico o estado financeiro do orfanato, e tornou-se imprescindível uma solicitação de clemência articulada pelas irmãs responsáveis pretendendo a consecução de auxílio prestado pela sociedade, em âmbito geral.

Em vista de um anúncio afixado no jornal, pretendendo que a população se sensibilizasse diante da situação das crianças assistidas pelo abrigo, e aclarando que caso participassem do evento organizado, estariam contribuindo para a melhoria da situação das órfãs que, impreterivelmente, careciam de ajuda. Consequentemente, o festival foi muito bem-sucedido, obtendo como saldo final a importância de 920\$000 réis. Este que, segundo o jornal, se converteu em produto líquido daquela reunião social. Sanada a questão da construção da enfermaria, Irmã Cherubina agradece em anúncio na imprensa paulista, a todos que por elas intercederam.

As subvenções recebidas pelo orfanato advinham de esferas distintas do poder público e também do particular, como é possível constatar a partir de um recibo analisado⁴. A Congregação recebeu um terreno na Villa Cerqueira César com área de 2000 metros, localizado à Rua Galeano de Almeida, quadra nº 12, que fora doado à Igreja para que fosse repassado à Casa da Divina Providência. Assim, as irmãs teriam soldos para propiciar as órfãs uma vida com mais conforto.

³ APSDP, pasta A-40, documento do Brasil, carta do Bispo, Mons. Camargo Barros ao Núncio Apostólico, Mons. Scarpadini, em 13 de junho de 1920.

⁴ APSDP, pasta A-40, o documento original encontra-se arquivado na pasta da Congregação no Arquivo da Curia Metropolitana de São Paulo.

Além do respaldo das subvenções, o Orfanato contava ainda com esmolas e contribuições particulares e todos os donativos recebidos apresentava um destino certo, que eram os gastos com as internas que, diga-se de passagem, não eram insignificantes.

Uma das implicações percebidas é que na Congregação, sobre a qual debruçamos a nossa análise, nada sucedia sem dificuldades. Assim, frequentemente ela esteve envolta em conflitos, inclusive no que diz respeito à esmolação, que se tratava de uma característica emblemática destas irmãs. Pessoas dotadas de má-fé e oportunismo, transitavam pelas ruas do bairro solicitando ajuda, esmolando em nome delas. Todavia, ao contrário do que faziam crer a quem os auxiliava, tais pessoas não apresentavam qualquer vínculo em relação à Congregação e sua ação repercutia em certo desconforto para as Irmãs, que se viram diante da incumbência de vir a público trazer tais esclarecimentos acerca destas ocorrências⁵.

As funções instrucionais do Asilo eram explicitamente colocadas pelos Estatutos, no que se refere à educação de meninas, aliás, tanto no contexto das escolas como no dos internatos, o papel das Irmãs era zelar pela instrução e preservação da moral, bem como transmitir o ensinamento à mulher acerca das questões voltadas para o lar, poupando-a de seguir por caminhos indesejáveis e, desta maneira, primar pela preservação, nessas meninas, à imagem de mulher instruída para o lar, bem como para o esposo.

Quanto ao objetivo principal da educação oferecida no asilo da Divina Providência, se estabelecia na preparação para o lar doméstico: era considerado que as meninas que por ali passassem deveriam receber uma formação que priorizasse sobremaneira a “moldá-las” com o potencial de se tornarem dedicadas esposas e mães de família. Torna-se relevante esclarecer que essa esposa e mãe de família deveria ser formada de acordo com os moldes cristãos. Assim, significava que cada uma delas seria muito mais que “mãe de família”; quer-se dizer, ela não seria apenas importante pela sua função social no seio familiar, mas, principalmente, por seu papel de educadora do lar, e regeneradora de uma sociedade. Para aqueles que pensaram a educação para essas meninas, um lar governado por uma mulher cristã seria o centro disseminador de educação que teria o poder de transformar aquela sociedade.

Para formar tal mulher virtuosa, educadora dos filhos e responsável pelo lar, fazia-se necessário proporcionar a ela um conjunto de conhecimentos que

⁵ APSDP, pasta A-40, os excertos de jornais, tanto do convite, das várias chamadas sobre o evento e o documento de retratação encontram-se arquivados na pasta da Congregação no Arquivo da Curia Metropolitana de São Paulo.

respondesse aos objetivos da congregação, estabelecidos em suas regras. Para que fosse possível responder aos anseios depositados nessas meninas, o trabalho pedagógico pensado para elas era definido do seguinte modo: o ensino da Religião, o ensino das Ciências profanas, e o ensino dos trabalhos manuais ou prendas domésticas. No entanto, o ensino da religião católica era o objetivo principal da educação oferecida na instituição, sendo os demais coadjuvantes da educação religiosa.

À guisa de conclusão

A partir do currículo apresentado, constatamos a preocupação acerca da educação feminina, especialmente no que tange às instituições ligadas à Igreja Católica, no interior das quais se fazia “necessário que as mulheres fossem educadas para que o lar, marido e filhos se beneficiassem” (ALMEIDA, 2007, p. 82). A formação destas meninas visava torná-las guardiãs da moral e dos bons costumes, e, especialmente no caso de órfãs, o rigor resultaria ainda maior, tendo em vista que a educação oferecida pretendia prepará-las para as tarefas de cunho materno e doméstico. Quando chegasse a época de sua saída do Orfanato, estas meninas, impreterivelmente, precisariam ser acolhidas por famílias ou pelos futuros maridos. Por isso, embora o currículo contasse com as chamadas “disciplinas elementares”, importante mencionar que se valorizava sobretudo os saberes que “dedicavam-se, sobretudo às prendas domésticas e aprendizagem de boas maneiras” (ALMEIDA, 2007, p. 56).

Considera-se válido acrescentar que o Orfanato da Divina Providência estava em sintonia com os valores que se encontravam em voga, à época, em relação à educação feminina, ou seja, o intuito era prepará-las a desempenharem os serviços domésticos, cuidados com o marido e os filhos. Educadas nestes moldes, convenientemente seriam uma melhor companhia para o homem. Práticas educativas estas, que, encontravam-se em total consonância com os modelos educacionais femininos vigentes no período. A vinculação entre os papéis de mulher, mãe e dona de casa, era tida como o caminho necessário ao andamento adequado da sociedade.

A educação feminina pretendia levar a mulher a adquirir as virtudes que a qualificassem como uma boa mãe e esposa. Desta forma, não se fazia necessário adentrar ao conhecimento de tantas disciplinas, pois, provavelmente, elas não seriam utilizadas no âmbito de seu universo doméstico.

Referências

ALMEIDA, J. S. de. **Ler as letras**: por que educar meninas e mulheres? Campinas: Autores Associados, 2007.

FONSECA, S. C. da. A assistência à infância pobre na República Velha: comparações entre São Paulo e Ribeirão Preto (1900-1917). **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 8, n. 1, p. 203-220, jan./jun. 2009.

HILSDORF, M. L. S. “Tão longe, tão perto” As meninas do Seminário. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**, v. II: século XX. Petrópolis: Vozes, 2011.

KOSSOY, B. **Fotografia e história**. São Paulo: Ática, 2000.

LEONARDI, P. **Congregações católicas docentes no Estado de São Paulo e a educação feminina** – segunda metade do século XIX. Universidade de São Paulo, 2006.

LEONARDI, P. **Além dos espelhos**: memórias e trabalhos de duas congregações católicas francesas em São Paulo. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

LOPES, E. M. T. **Perspectivas Históricas da Educação**. São Paulo: Ática, 1986.

NUNES, C.; CARVALHO, M. M. C. de. Historiografia da educação e fontes. **Cadernos Anped**, n. 5, set. 1993.

ROCHA, H. H. P. **A higienização dos costumes**: educação escolar no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925). Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 2003.

SANTA CATARINA, Pe. Fausto. **A serviço dos pobres**: A bem-aventurada Madre Teresa Grillo Michel. 2006.